

ESTUDO TOPONÍMICO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: RESULTADO PRELIMINAR¹

Toponymic study of Bahia municipalities: preliminary result

*Clese Mary Prudente Correia**

*Celina Márcia de Souza Abbade***

RESUMO: Conciliando as abordagens teóricas da Etnolinguística e da Lexicologia, com foco na Onomástica, apresenta-se resultado preliminar do estudo dos topônimos dos municípios do Estado da Bahia presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958. Neste artigo, expõe-se uma amostra dos dados coletados, enfatizando aspectos etimológicos e motivacionais predominantes no *corpus* analisado. Nos exemplos apresentados, destaca-se a supremacia da influência portuguesa e indígena, ao tempo em que se analisa a pouca representatividade da presença africana na toponímia baiana. Para a análise do *corpus*, é utilizado o sistema taxonômico proposto por Dick (1990) para um trabalho toponímico e os dados coletados, contendo informações referentes aos aspectos etimológicos, morfológicos e motivacionais dos topônimos, são registrados em fichas lexicográfico-toponímicas.

Palavras-chaves: Toponímia; Municípios baianos; Fichas lexicográfico-toponímicas.

ABSTRACT: *Combining theoretical approaches of Ethnolinguistics and Lexicology, focused on Onomastics, it is presented preliminary result of the toponymic study of Bahia municipalities contained in XX and XXI volumes of the Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB), published by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) on July 2, 1958. In the present paper, a sample of the data collected is shown, emphasizing etymological and motivational aspects prevailing in the analyzed corpus. In the presented examples, it is highlighted the predominance of Portuguese and indigenous influences, while analyzing the poor representativeness of African presence in Bahia place names. For the corpus analysis, it is used the taxonomic system proposed by Dick (1990) for a toponymic study, and etymological, morphological and motivational data collected are recorded in lexicographic-toponymic files.*

*Mestranda da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, Bahia, Brasil; cleseprudente@gmail.com

**Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, Bahia, Brasil; celinabbade@gmail.com

¹ Este estudo faz parte do Projeto de Pesquisa *Redescobindo a Bahia: um estudo toponímico dos seus municípios*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e insere-se no macro projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, em desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais.

Keywords: *Toponymy; Bahia municipalities; Lexicographic-toponymic files.*

Apresentação

A Onomástica – ramo da Lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – representa uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Mais especificamente em relação à Toponímia, o ato de dar nomes aos lugares, por estar ligada a aspectos motivacionais importantes dos valores sociais, políticos e culturais da comunidade, estabelece uma forte relação de identidade entre a designação escolhida e o espaço designado. Como afirma Seabra,

Os nomes de lugares designam, de uma maneira única, um espaço físico que corresponde a um conjunto de descrições ou, se quisermos, que é identificável por um determinado conjunto de propriedades que só a ele dizem respeito. Na maioria das vezes, essa nomeação se dá quando um lugar é “batizado” por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome, transmitindo-o, em seguida, aos membros de uma comunidade linguística (SEABRA, 2006a, p. 1956).

Compreendendo o léxico como patrimônio cultural de um povo e os topônimos como testemunhos da história da língua; tendo em vista que eles registram os contatos linguísticos e culturais e guardam marcas de um passado histórico, os estudos toponímicos relacionam-se à Etnolinguística, concebida como “o estudo da civilização e da cultura refletidas nas línguas, quer dizer, fundamentalmente da organização da cultura, material e intelectual (concepções, ideologias), manifestada no léxico” (MELLO, 1990, p. 30).

Assim, conciliando as abordagens teóricas da Etnolinguística e da Lexicologia, com foco na Onomástica, apresenta-se um resultado preliminar, por meio de amostras das fichas lexicográfico-toponímicas e dos topônimos dos municípios do Estado da Bahia, presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (doravante EMB), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, enfatizando, neste estágio atual, a influência portuguesa, indígena e africana, principais peças do mosaico étnico que se constitui o povo brasileiro e a cultura do Brasil.

Buscando entender o que pensavam os primeiros denominadores das terras baianas e que estímulos colonizados e colonizadores receberam da paisagem, observa-se a relação do homem com o seu próprio meio ambiente como fator predominante no léxico toponímico de origem tupi, enquanto que o sentimento religioso, marcado por uma forte influência do Catolicismo, é a característica preponderante nos topônimos de origem portuguesa. Com relação aos designativos de origem africana, identifica-se um percentual bastante reduzido, tendo em vista o grande contingente de indivíduos traficados durante a diáspora negra que perdurou da Idade Moderna ao final do século XIX.

A classificação dos topônimos aqui desenvolvida, seguindo a taxonomia de Dick (1990; 1992), e tomando por base os aspectos históricos, culturais e ambientais analisados, não pretende, contudo, assumir um valor de ‘verdade’, pois, como afirma Tondineli (2012, p. 147) “não é possível prever com segurança a intencionalidade que norteou o ato da nomeação, quando da ausência do denominador ou até mesmo a distância cronológica do tempo da denominação, isto é, do surgimento do nome”. Ainda que fundamentada em pesquisas realizadas em várias fontes disponíveis, a opção por determinada taxa evidencia um caráter interpretativo, não descartando assim a possibilidade de outras interpretações, de outros caminhos.

1 As segmentações do espaço na Bahia

Localizado na região Nordeste do Brasil e ocupando uma área de 564.733 km², o Estado da Bahia limita-se a leste com o Oceano Atlântico, a nordeste com Sergipe e Alagoas, ao norte com Pernambuco e Piauí, a oeste com Goiás e Tocantins e ao sul com Minas Gerais e Espírito Santo. Assim como todos os outros estados brasileiros, está politicamente dividido em municípios, contando atualmente com 417. No entanto, para o estudo realizado, analisam-se apenas os 169 presentes na EMB, tendo em vista que os volumes XX e XXI, que servem de base para este estudo, foram publicados em 1958. É importante destacar que a obra analisada apresenta dados relativos a aspectos geográficos – localização, altitude, área, acidentes geográficos, clima, riquezas naturais, atividade econômica e política, meios de transporte e comunicações –, além de uma série de informações sobre a história de cada município e da sua população.

A respeito desses últimos aspectos, nota-se que a EMB enfoca também questões culturais (como educação, cultos e manifestações religiosas, folclóricas e efemérides) e, sobretudo, a história dos topônimos dos municípios, que se configuram como *corpus* da pesquisa aqui apresentada. Destaca-se, nesse ponto, que a história dos topônimos é evidenciada na EMB como parte da história e da cultura do povo. De fato, os estudos toponímicos não se limitam à análise linguística do léxico. Vão além: realizam-se no âmbito social, histórico, cultural e ideológico, uma vez que conhecer a história dos nomes é resgatar a memória de um povo, seus valores, seus costumes, suas crenças e sua forma de percepção, atravessadas pelo contexto político, sociológico e histórico.

Após o levantamento dos 169 topônimos apresentados nos dois volumes, procedeu-se à seleção do modelo de agrupamento das lexias toponímicas, de acordo com a abordagem teórica seguida. Dessa forma, a despeito da EMB dispor os topônimos em ordem alfabética, observou-se que esta metodologia desqualifica as impressões identitárias das regiões. Assim, outras formas foram consideradas, como a segmentação instituída pela Resolução da Presidência do IBGE nº 11, de 5 de junho de 1990 (IBGE, 1990), conforme aspectos socioeconômicos e para fins estatísticos de estudo, em sete mesorregiões: Mesorregião do Extremo Oeste Baiano, Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia, Mesorregião do Centro-Sul Baiano, Mesorregião do Sul Baiano, Mesorregião do Centro-Norte Baiano, Mesorregião do Nordeste Baiano e Mesorregião Metropolitana de Salvador.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado da Bahia (PRODETUR-Ba), com o propósito de coordenar ações voltadas para a infraestrutura turística, proteção ambiental, *marketing* turístico e educação para o turismo, subdividiu o território baiano em treze zonas turísticas: Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Caminhos do Oeste, Chapada Diamantina, Lagos do São Francisco, Vale do São Francisco, Caminhos do Sertão, Caminhos do Jiquiriçá e Caminhos do Sudoeste.

Tomando por base a especificidade de cada região e o sentimento de pertencimento, o Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 25.08.2010, propôs a divisão do espaço em vinte e sete territórios de identidade: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale

do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica (BA/PE), Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013), localizados na Figura 1.

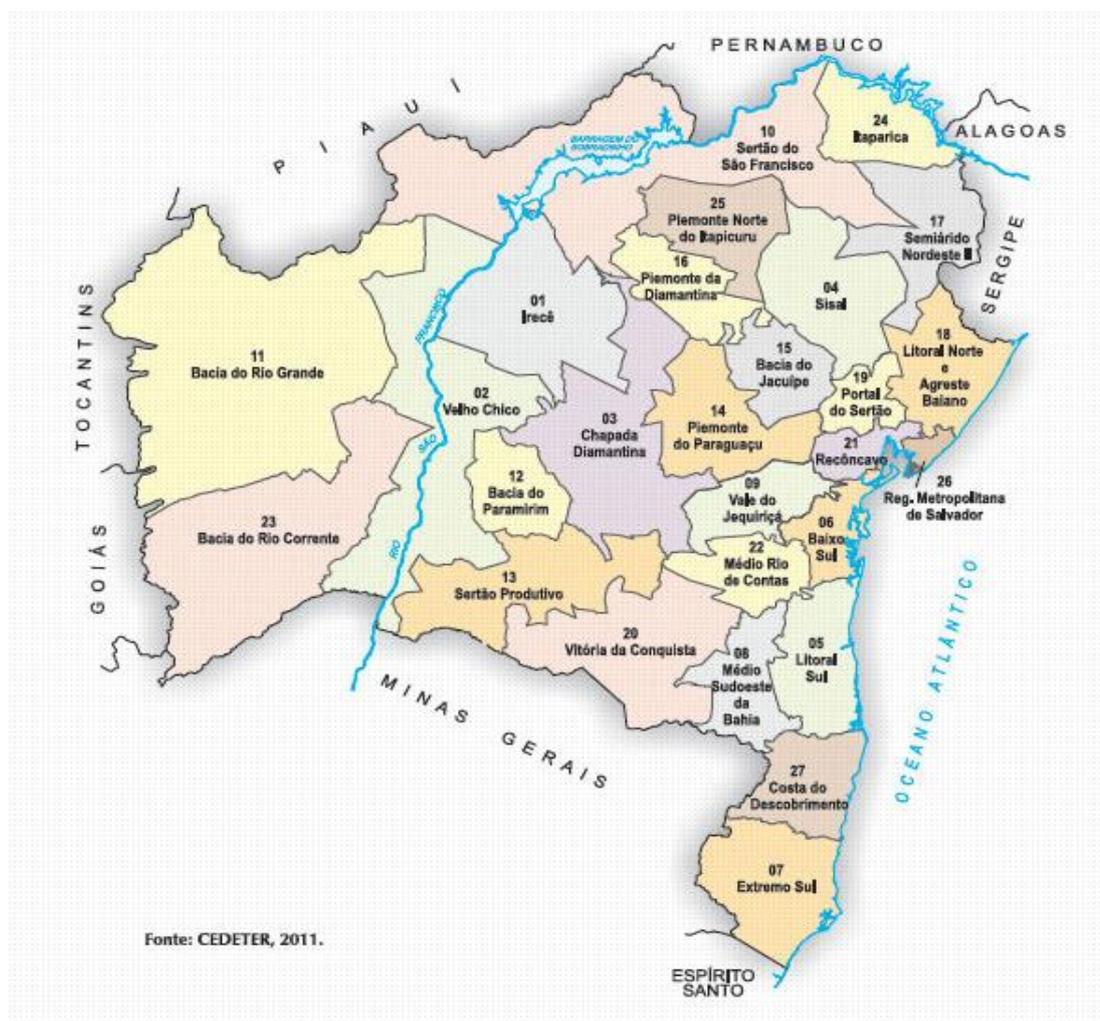


Figura 1 – Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Fonte: CEDETER, 2011 *apud* SEPLAN, [20--].

Para estabelecer os limites dos territórios, respeitando a diversidade de manifestações culturais que os caracterizam, os propositores dessa segmentação defendem que a identidade é influenciada tanto por alterações históricas, geográficas, biológicas, quanto pelas instituições, e a consideram como um “fator de aglutinação,

que reconhece e valoriza a diversidade, facilita a mediação de interesses e contribui para a coesão de princípios e para a convergência” (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p.11). Reconhecendo território como expressão política organizada de espaços locais, regionais, estaduais, nacionais, os autores o identificam como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p.15).

Por envolver características comuns que mantêm entre si algum tipo de identidade e favorecem a valorização das diversidades étnica, social, cultural, econômica e geográfica, essa forma de organização do Estado da Bahia em territórios de identidade foi considerada mais congruente com a relação língua e cultura aqui proposta.

2 As fichas lexicográfico-toponímicas: uma amostra do estudo

Os designativos geográficos que compõem o *corpus* da pesquisa foram classificados tomando-se por base o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990; 1992) para um trabalho toponímico, o qual prevê vinte e sete taxes:

- a) de natureza antropocultural, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais: animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematopônimos, hierotopônimos (subdivididos em hagiotopônimos e mitotopônimos), historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatopônimos;
- b) de natureza física, relacionadas ao ambiente físico: astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos.

Os dados coletados, contendo informações referentes aos aspectos etimológicos, morfológicos e motivacionais dos 169 topônimos, foram registrados em fichas

lexicográfico-toponímicas, adaptadas do modelo sugerido por Dick (2004 *apud* SEABRA, 2006b). Embora ainda em desenvolvimento, os resultados preliminares reconhecem a preponderância numérica de topônimos de etimologia portuguesa, resultantes do processo de colonização do território, os quais refletem uma motivação predominantemente de natureza antropocultural, evidenciada, principalmente, na escolha de nomes de personalidades ilustres da região, antropotopônimos, como *Ruy Barbosa*, ou referentes a nomes sagrados, hagiotopônimos e hierotopônimos, como *Santo Antônio de Jesus* e *Santa Cruz Cabrália*, respectivamente. Expressando o sentimento religioso dos colonizadores, voltado “para a exaltação dos bens espirituais e para o desejo de propagar o santo nome de Cristo e seus ensinamentos, entre os povos pagãos, bem como os princípios dominantes do Catolicismo, enquanto sistema de vida” (DICK, 1992, p. 80), apresenta-se um exemplo na Ficha 1.

TOPÔNIMO:	Santa Cruz Cabrália	TAXONOMIA:	Hierotopônimo
TIPO DE ACIDENTE:	Humano – município		
LOCALIZAÇÃO:	Território de Identidade Costa do Descobrimento		
ETIMOLOGIA:	SANTA, do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’; CRUZ, do lat. <i>crux crūcis</i> , ‘cruz’ (CUNHA, 2013); CABRÁLIA, der. de Cabral, sobrenome português (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	NC _f [Adj _{sing} + S _{sing} + S _{sing}]		
MOTIVAÇÃO:	A designação refere-se à cruz que o capitão-mor, Pedro Álvares Cabral, ordenou que fosse erguida para a celebração da missa de posse da terra descoberta (EMB, 1958, vol. XXI).		
HISTÓRICO:	Santa Cruz Cabrália < Santa Cruz < Vera Cruz Hierotopônimo < hierotopônimo < hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A história de Santa Cruz Cabrália iniciou-se no ano de 1500, com a chegada dos navegantes portugueses ao Brasil, tendo a primeira missa em solo brasileiro sido celebrada em 26 de abril de 1500, no ilhéu da Coroa Vermelha, e a segunda em 1º de maio de 1500, na foz do rio Mutari. Embora registros da época permitam concluir ter havido mais de uma povoação em Santa Cruz, em ambas as margens do Mutari e na parte final do curso, pela proximidade entre elas é possível admitir que sejam fases de desenvolvimento do mesmo povoado. O território fazia parte da capitania de Porto Seguro, doada a Pero de Campos Tourinho por carta régia de 27 de maio de 1534. Em 1536, foi fundada, na enseada da baía, uma povoação, denominada Vera Cruz, que foi arrasada pelos aimorés em 1564. Por esse motivo, os habitantes mudaram-se para as margens do Rio Sernampetiba, surgindo nova povoação conhecida		

	<p>por Santa Cruz. A vila de Santa Cruz foi criada em 9 de maio de 1833 e manteve-se autônoma até 8 de julho de 1931, quando foi extinta e anexada ao município de Porto Seguro. Pelo decreto 8.594, de 04-08-1933, a vila foi elevada à categoria de município com a denominação de Santa Cruz, desmembrado do município de Porto Seguro. Pelo decreto estadual 9.400, de 09-03-1935, o município tomou a denominação de Santa Cruz Cabralia (EMB, 1958, vol. XXI).</p> <p>NOTA: Em 29 de janeiro de 1981, o núcleo histórico de Santa Cruz Cabralia foi tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico.</p>
--	---

Ficha lexicográfico-toponímica 1 – Topônimo de etimologia portuguesa.

O Território de Identidade Costa do Descobrimento, uma das áreas de povoamento pioneiro do litoral brasileiro, é considerado o berço da história e da cultura do Brasil. Na região, localizada no sul do Estado, podem ser observadas as marcas da primeira ocupação europeia e as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa, evidenciadas nas obras arquitetônicas, as quais justificam o tombamento da área como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO, em 1999. O topônimo *Santa Cruz Cabralia* registra e guarda a memória dessa época, quando as primeiras páginas da história do Brasil foram escritas.

Respondendo a estímulos diferentes, os topônimos de origem indígena, predominantemente litotopônimos, relativos aos minerais e à constituição do solo, hidrotopônimos, referentes à água e aos acidentes hidrográficos, e fitotopônimos, relacionados aos vegetais, evidenciam a forte relação do homem com o meio ambiente em que vive, a visão imediata da terra, característica marcante do léxico toponímico de origem tupi-guarani. Presentes em número expressivo no *corpus* analisado, evidenciam a capacidade de sobrevivência da cultura indígena à tentativa de aniquilamento do colonizador europeu. Apresenta-se um exemplo na Ficha 2.

TOPÔNIMO:	Itaberaba	TAXONOMIA:	Litotopônimo
TIPO DE ACIDENTE:	Humano – município		
LOCALIZAÇÃO:	1. Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu		
ETIMOLOGIA:	<i>ITÁ-BERAB-A</i> , em tupi antigo, ‘pedra brilhante, que resplandece’ (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	N _f [S _{sing}]		
MOTIVAÇÃO:	O topônimo provém da existência de enorme bloco de granito		

	situado próximo à cidade (EMB, 1958, vol. XX).
HISTÓRICO:	Itaberaba < Orobó < Itaberaba < Nossa Senhora do Rosário do Orobó < Orobó Litotopônimo<fitotopônimo<litotopônimo<hierotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	As passagens das bandeiras que viajaram margeando o Rio Paraguaçu deixaram vestígios de fortim, à sua margem direita. É tradição oral a existência outrora da tribo dos maracás na Serra do Orobó. Em 1806, foi edificada uma capela, consagrada a Nossa Senhora do Rosário, na fazenda São Simão, local em que hoje se encontra a cidade de Itaberaba. Aí se formou povoação e, em 1817, já era um arraial – Orobó – pertencente ao município de Cachoeira. Ao povoado que se formou e cresceu em razão da capela, foram dadas honras de paróquia pela Resolução Provincial 195, de 18 de maio de 1843, com a denominação de freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, a mesma que criou o distrito com a denominação de Itaberaba. Em 1877, o distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de Orobó, pela Lei provincial 1.715, de 26-03-1877. Em 1897, foi levado à condição de cidade com a denominação de Itaberaba, pela Lei estadual 176, de 25-06-1897 (EMB, 1958, vol. XX). NOTA: Diversos documentos existentes no Arquivo Público da cidade de Itaberaba revelam a existência, na região, de um dos mais importantes quilombos da Bahia, o quilombo do Orobó.

Ficha lexicográfico-toponímica 2 – Topônimo de etimologia indígena.

O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu envolve os municípios localizados na Bacia do Rio Paraguaçu, na região central do Estado. Devido à sua localização geográfica privilegiada, o Rio Paraguaçu desempenhou um papel fundamental no processo de ocupação do território baiano, facilitando as expedições de bandeirantes paulistas e portugueses às minas de ouro e diamantes na Chapada Diamantina (SAMPAIO *et al*, 2005). Além de evidenciar o processo de exploração dos recursos minerais e a importância da pedra na marcação dos caminhos das bandeiras nos séculos XVII e XVIII (LESSA, 2007), o topônimo *Itaberaba* registra o contato linguístico e cultural entre os colonizadores e os povos indígenas, os quais, à época do descobrimento, desconheciam o uso dos metais:

Na época dos descobrimentos e explorações sertanejas, a tecnologia tupi para os minerais deve ter-se desenvolvido à medida das necessidades novas. Aparecem então no vocabulário brasileiro os nomes: *itajyca*, para designar o estanho; *itá-etê*, o aço; *itamembeca*, chumbo; *itá-beraba*, ou *itátiberaba*, o crystal; *itaberaba-etê*, o diamante; *itá-em*, pedra hume; *itá-obim*, ou *itá-obi*, a esmeralda; *itá-bubúi*, a pedra pomes (SAMPAIO, 1914, p. 121).

Nesse processo, como resultado da incorporação dos novos conhecimentos trazidos pelos europeus, termos preexistentes na língua tupi se uniram, dando origem a novas formações, através de um tipo de neologismo, em um processo de criação lexical por composição.

Com relação aos topônimos de etimologia africana, os resultados indicam pouca representatividade, tendo em vista que a Bahia é uma das regiões do Brasil que mais recebeu africanos escravizados ao longo dos três séculos de tráfico negreiro, sequestrados de quase todos os recantos da África subsaariana, conforme dados apresentados por Pessoa de Castro (2001). Observa-se que, em alguns casos, topônimos de origem africana foram, durante o processo de divisões territoriais e mudanças de sede, trocados por outros de etimologia indígena ou portuguesa. Embora a origem da palavra *orobó* seja controversa², é provável que esse seja o caso do arraial de *Orobó* (Ficha 2), que, ao ser elevado à categoria de município, perdeu seu designativo africano, possivelmente derivado do quilombo de mesmo nome, e recebeu a denominação de *Itaberaba*, um litotopônimo de etimologia tupi, o mesmo acontecendo com a vila *Orobó Grande*, que foi municipalizada com o designativo *Ruy Barbosa*, um antropotopônimo de etimologia portuguesa.

As razões para a ausência da esperada influência desse contingente formador do povo brasileiro na toponímia da Bahia podem ser compreendidas pela situação degradante em que esses indivíduos aqui chegaram, na condição de mão de obra cativa, completamente desumanizados e desprovidos de qualquer privilégio. Além disso, considerando a função identificadora do topônimo, que, por diferenciar e especificar o lugar, facilita a sua localização, entende-se porque, ao se rebelarem contra a situação de escravizados e buscarem refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham interesse em nomear seus esconderijos. Como exemplo da pouca representatividade da presença africana no *corpus* estudado, apresenta-se a Ficha 3.

² A EMB (1958) considera a tradição oral que a entende como uma corruptela de “ouro bom”, logo, de etimologia portuguesa. Ramos (2008) a considera uma variação de *urubu*, de etimologia tupi. Já Houaiss *et al* (2001) a define como a fruta *noz-de-cola*, e reconhece sua origem na palavra iorubá *orogbó*. Segundo Pessoa de Castro (2001), esse fruto africano é usado nos sacrifícios religiosos e é a comida predileta de Xangô.

TOPÔNIMO:	Caculé	TAXONOMIA:	Antropotopônimo³
TIPO DE ACIDENTE:	Humano – município		
LOCALIZAÇÃO:	2. Território de Identidade Sertão Produtivo		
ETIMOLOGIA:	CACULÉ – sobrenome de origem africana (IBGE Cidades) e etimologia controversa. A palavra de origem quimbundo <i>kasule</i> ‘caçula’, encontrada tanto em Houaiss (2001) quanto em Pessoa de Castro (2001), é um provável étimo. Ramos (2008) reconhece a etimologia de Caculé na palavra quimbundo <i>kakolé</i> ‘passarinho’, no entanto, não foram encontradas fontes fidedignas que pudessem comprovar tal etimologia.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	N _m [S _{sing}]		
MOTIVAÇÃO:	Adoção do sobrenome de Manuel Caculé, ex-escravizado na Fazenda Jacaré (IBGE Cidades).		
HISTÓRICO:	Caculé Antropotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1860, Dona Rosa Prates, proprietária do antigo domínio da fazenda Jacaré, doou ao Santíssimo Coração de Jesus um terreno, onde deveria ser erguida uma capela sob a invocação desse orago. Formou-se ali um núcleo populoso tão promissor que, em 1880, era elevado à categoria de distrito de paz por Lei provincial 2.039, de 23 de julho do mesmo ano. Diz a tradição que Manuel Caculé, escravizado na Fazenda Jacaré, seguia mata a dentro a procura de água para o gado quando descobriu uma lagoa belíssima que ficava nos limites da fazenda de "sua proprietária". Diante daquele oásis, decide fugir e montar ali o seu quilombo solitário. Recapturado e alforriado, passou a morar à margem da lagoa. Os viajantes que tomavam aquela direção, ao se cruzarem pelo caminho, perguntavam, uns aos outros, de onde vinham e para onde iam, e a resposta era sempre a mesma: lagoa do Caculé. O topônimo passou a designar o acidente geográfico, depois o povoado e mais tarde estendeu-se a todo o município, criado pela Lei 1.365, de 14 de agosto de 1919 (EMB, 1958, vol. XX).		

Ficha lexicográfico-toponímica 3 – Topônimo de etimologia africana.

Na crônica dos antigos viajantes, a região do denominado Território de Identidade Sertão Produtivo era conhecida como Alto Sertão Baiano, extensão de caatinga que se encontra dentro da Serra Geral e configura-se como um elemento de ligação entre a Chapada Diamantina e a Serra do Espinhaço. Terra de famílias aristocráticas, fazendeiros, vaqueiros, aventureiros, ciganos, índios, garimpeiros e escravos, começou o seu processo atual de concepção social, político-administrativa e

³ Ramos (2008) classifica o topônimo Caculé como zootopônimo, considerando o étimo da palavra *kakolé* ‘passarinho’. Optou-se aqui, no entanto, por estabelecer sua motivação não a partir da etimologia da palavra, mas dos aspectos históricos e culturais que a transformaram em um signo toponímico.

cultural entre os séculos XVII e XVIII, por meio do sistema de sesmarias, que distribuiu terras, definindo sua propriedade, posse e uso em decorrência do sistema de Capitânicas Hereditárias no século XVI. Os aspectos que mais distinguiram o povoamento do Alto Sertão Baiano são os estabelecimentos de fazendas de gado no vale do rio São Francisco e a exploração de ouro e diamantes nas terras do Sertão Produtivo (CODESP, 2010). Nesse contexto, o topônimo *Caculé* representa um exemplo significativo da presença africana no sertão da Bahia.

Considerações finais

Entendendo que traços culturais da memória e da identidade de um povo podem ser revelados pelo termo toponímico, ajudando a compor a história e a identificar influências linguísticas presentes na língua do lugar, considera-se que estudar a Bahia por meio dos designativos de seus municípios significa promover uma viagem na história de sua terra e de sua gente para recuperar as primeiras denominações do seu espaço, buscando entender o que pensavam os seus denominadores e que estímulos os seus olhos receberam da paisagem.

No entanto, é importante retomar o propósito do trabalho de investigar a motivação para a designação toponímica, sugerindo pistas e indicando caminhos interpretativos, ciente de que os resultados preliminares aqui apresentados são frutos da análise realizada nas fontes estudadas. Estando ainda em fase de desenvolvimento, esses resultados são passíveis de contestação, como em toda pesquisa científica, e a outras interpretações, as quais poderiam enriquecer sobremaneira esta análise, que busca, acima de tudo, preservar a toponímia baiana, considerando-a como patrimônio cultural de seu povo.

Referências

- CODESP. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. 1ª Edição. Dez 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf> Acesso em 31 jul. 2015.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

EMB. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volumes XX e XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, 3. ed. revista e aumentada, São Paulo: Ed. Ave Maria, 1981.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/>>. Acesso em 15 fev. 2015.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. v.1, 1990.

LESSA, Luísa Galvão. A presença das línguas indígenas no uso diário brasileiro. *Amazônia*, vol. 1, 2007, p. 12-14.

MELLO, Linalda de Arruda [org.]. *Sociedade, cultura e língua: Ensaio de sócio e etnolinguística*. João Pessoa: Shorin, 1990.

PERAFÁN, Mireya Valencia; OLIVEIRA, Humberto. *Território e identidade*. Coleção Política e Gestão. Salvador: P55 Edições, 2013.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks Editora. 2001.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança*, 2008, 3 vol. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAMPAIO, Rosely Moraes; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; ROSSI, Renata Alvarez. *Gestão das águas e participação no Comitê da Bacia do Rio Paraguai*. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. 2005. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2789>> Acesso em 10 ago 2015.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006a.

_____. ATEMIG Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006b.

SEPLAN - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. *Mapa Territórios de Identidade*. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>>. Acesso em 13 ago. 2015.

TONDINELI, Patrícia Goulart. Toponímia rosiana. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netli*. Crato, v. 1, n. 1, p. 145-156, 2012.